

A luta pela moradia em Presidente Prudente para além de quatro paredes: Uma contribuição para a reflexão geográfica dos movimentos sociais urbanos. [1]

Fernanda Keiko Ikuta[2]

1. Introdução

O problema da moradia não é um fenómeno efêmero, decorrente de um desajuste da oferta e demanda de moradias (incapacidade de produção de moradias frente a uma intensificação da demanda), que se solucionaria por meio da produção através do mercado. O déficit habitacional e o rebaixamento de salários não são as causas engendrantes deste problema. A população precarizada com a moradia, também o é com a saúde, educação, trabalho, transporte, lazer, segurança, ambientalmente. Isto é, no *conjunto das condições sociais de existência*. Neste sentido, a compreensão do problema e da luta pela moradia, deve ir muito além da questão isolada em si. Ela deve se dar no contexto da *estrutura societária* [3] onde o conjunto da prática social é submetido aos imperativos da reprodução do capital, que produz uma sociabilidade (um modo de vida em sociedade) apropriada às exigências desta reprodução, que é a lógica fragmentadora e ao mesmo tempo homogeneizante da práxis social vigente [4].

É neste processo, que pensamos os movimentos sociais no contexto do descompasso existente entre as reivindicações das frentes de lutas ligadas à produção e as ligadas ao consumo. Pois a lógica fragmentadora e homogeneizante da práxis social imperante acarreta em direcionamentos teóricos e práticos que valem ressaltar. *Teoricamente*, não é raro o déficit habitacional e o rebaixamento de salários serem apresentados como *causa* do problema da moradia e a distribuição de renda como única solução. E na *prática*, a dessintonia das lutas provoca conseqüências diretas na organização política dos movimentos sociais, como o imediatismo, a institucionalização, o corporativismo, etc.

A desidentificação com o coletivo social, a individualização das ações, favorecem a alienação dos trabalhadores em relação a seu próprio mundo e, por conseguinte, de sua própria territorialização [5].

A partir dessas considerações, pretendemos neste texto, apontar nossas reflexões iniciais para a construção de pressupostos teóricos que nos remetem a pensar sobre a (des)vinculação das diferentes frentes de luta, em particular o estudo a ser desenvolvido das Associações de Moradores e dos Sindicatos dos Trabalhadores de Presidente Prudente, e a necessidade de uma “leitura” articulada da prática dos atores sociais de tais entidades.

Assim, em um primeiro momento, expomos breve e sinteticamente o processo de (re)territorialização da população envolvida nas áreas públicas ocupadas em Presidente Prudente, através do conflito entre o então Movimento Popular de Luta pela Moradia e o Poder Público Municipal. Busca-se aí, delinear a configuração sócio-territorial das áreas e das condições de vida da população.

A seguir, nos centramos na possibilidade de refletir sobre o imbricamento entre os momentos da produção e da circulação, e compreender a luta pela moradia para além das demandas imediatas.

Posteriormente, nos colocamos a realizar os primeiros apontamentos sobre a relevância e caráter da “leitura” geográfica dos Movimentos Sociais. Para, por fim, apresentar nossas *considerações “iniciais”*, ou seja, a exposição sucinta das reflexões/objetivos que embasam a proposta de investigação a ser desenvolvida.

2. (Re)territorialização da população envolvida nas áreas públicas ocupadas em Presidente Prudente e a participação do Movimento Popular de Luta pela Moradia e do Poder Público Municipal: dinâmica do conflito e configuração atual[6]

Entre 1989 e 1992, deflagrou-se em Presidente Prudente todo um processo de conflito entre o poder público municipal e o então Movimento de Luta pela Moradia, referente à ocupação de áreas públicas na cidade. Todavia, o processo de ocupação das áreas públicas municipais se iniciou desde a década de 60. Os dados da secretaria Municipal da Habitação[7] mostram que em 1988 eram 66 áreas de favelas, com 736 unidades habitacionais, correspondentes a um total de 3,353 habitantes.

A partir da confrontação entre o poder público e o Movimento, tem-se a consecução de “Programas Habitacionais” diferenciados que implicaram em: deslocamento (expulsão/desterritorialização) para uma parte da população e permanência para outra; situações diferenciadas na questão da regularização/legalização dos lotes (situações de compra e venda e de “doação”); além de novas ocupações.

Através de uma caracterização inicial sobre a configuração sócio-territorial atual das áreas e das condições de vida da população egressa desse processo de luta pela moradia, podemos constatar[8] que:

Em geral, a precariedade das unidades habitacionais é notável. Cerca de 74% das casas são auto-construídas (dentro deste percentual, apenas 3% foram realizadas com parceria junto à Prefeitura, 2% com parte da casa paga a terceiros e 3% através de mutirão familiar ou vicinal, não proveniente de nenhum tipo de programa desenvolvido pelo poder público ou outro órgão oficial ou entidade assistencialista). Aproximadamente 14% das unidades habitacionais visitadas, permaneceram como barracos (improvisados com restos de materiais) incluindo até mesmo áreas que, segundo os programas municipais, foram especialmente loteadas para “desfavelar” a população. Apesar das casas de alvenaria corresponderem ao maior percentual (75%), em grande parte, estas se encontram sem reboque, mal acabadas e raras vezes com mais de dois cômodos construídos.

Praticamente 50% das áreas não possuem pavimentação; 98% possui água encanada e 90,5% energia elétrica (todavia, não se tem os dados do percentual destas que representam as ligações clandestinas); somente 7,93% das áreas têm um posto de saúde no bairro; 58,73% não têm creche; apenas 26,98% têm escola no próprio bairro; cerca de 38% não têm transporte coletivo que chega no local; e 88,9% não possui qualquer área de lazer.

Quanto as condições de vida da população, no que diz respeito às atividades ocupacionais, verificamos que há uma concentração nas ocupações sem qualificação. Somente para exemplificar: servente de pedreiro, doméstica e serviços gerais, juntos somam 21,4% das ocupações dos chefes de família; 8% são catadores de lixo; e a maior ocorrência é a dos pedreiros que sozinhos correspondem a 14% do total das ocupações sem qualificação. Vimos que o sub-emprego é uma constante, embora muitas vezes omitido. 3,2% dos chefes de família declararam ter o “garimpo no lixão” como única fonte de renda e atividade ocupacional definitiva. Os demais catadores de lixo (outros 3,2%), declararam que esta atividade seria uma ocupação temporária, visto que estes encontram-se desempregados. A atividade foi declarada como complementação de renda por 1,6% dos entrevistados. Os chefes de família desempregados correspondem a 16,2% da amostra.

Diante deste quadro, é possível compreender o porque que ao depararmos com a faixa salarial aproximada das famílias, o maior índice é o dos que não tem renda fixa 29,3%, e a faixa média é a de 1 salário mínimo. Se somados as famílias sem renda fixa com os que recebem até menos de 1 salário, estas representam 46,5% da amostra. 19% recebem de 1 a 2 salários, o mesmo percentual dos que recebem de 2 a 3 salários. A faixa salarial que corresponde às famílias que recebem de 3 a 4 salários mínimos, representam 12,1% e a maior faixa comparecida, de 4 a 5 salários, representa apenas 3,4% do total.

Esta configuração sócio-territorial vigente, brevemente delineada, expressa o processo de desterritorialização e reterritorialização da população egressa do processo de luta pela moradia travada com o poder público. Nesta relação de poder, estiveram presentes, de um lado as articulações do poder públicas com o capital e o clientelismo, e do outro o imediatismo, a institucionalização, a cooptação e o refluxo da organização popular. Esta última, tendo talvez como desafio primeiro a conquista de sua própria coletividade, de sua identidade.

Se fizermos um balanço geral de tal configuração, podemos afirmar que o conjunto das condições de existência desta população é precarizado, e não somente suas condições habitacionais tomada isoladamente.

A intervenção pública, neste sentido, seja com o deslocamento (que pode ser caracterizado como política de expulsão) da população ou a fixação e “urbanização das favelas”, significou, na maior parte das vezes, a intensificação ou no máximo a manutenção das precariedades no “modo de vida” desta população. A elevação da periferização da população deslocada para áreas extremamente distantes da malha urbana, revela o decréscimo do acesso ao direito à cidade – direito em seu sentido pleno, pois se trata de direito do que é urbano, isto é, aos equipamentos, aos serviços, a toda infra-estrutura urbana.

De acordo com a pesquisa desenvolvida, ainda podemos apontar algumas primeiras sinalizações sobre o que os atores sociais em parte vislumbram sobre a problemática habitacional. A ausência de memória histórica da população sobre a própria organização popular no conflito é destacável. Nossa dificuldade em seguir o “rastros” do Movimento através do depoimento da população é indicadora deste fato. O resgate de uma participação coletiva e organizada vinha à tona somente quando fornecíamos aos entrevistados nomes das personagens (lideranças, assessores) ou atos marcantes como as passeatas, atos públicos, reuniões – o que é uma forte inferência sobre a tênue identidade com o Movimento.

A escassa participação em Associações de Moradores, Sindicatos e Partidos Políticos e a ausência de interesse e credibilidade da população por estas entidades são também sinalizadores da postura e perspectiva política desta. Que podem ser entendidas como parte do processo que expressa e sustenta a sociabilidade fragmentadora e ao mesmo tempo homogeneizante da práxis social.

Expliquemos melhor no item a seguir.

3. A luta pela moradia para além de quatro paredes: o “mundo do trabalho” e a questão da moradia, uma articulação real/possível?

Entender a questão habitacional tendo como pressuposto a busca da apreensão e desvendamento do ordenamento imposto sobre a sociedade, pelos atores sociais hegemônicos, requer compreender que a condição histórica da população é de exclusão (ou inclusão precária) em sua globalidade e não apenas de “crise da habitação”.

Como apontamos anteriormente, coloca-se em pauta a compreensão do “conjunto das condições sociais de existência” e a lógica da práxis social vigente, fragmentadora e homogeneizante. Como expressão disto, podemos nos pautar no que Bihr expõe sobre o *particularismo*, que resulta numa orientação direitista (liberal) ou reformista (neo-social-democrata) tomada pelos “novos movimentos sociais”, que contribuiu para a adequação social e cultural do capitalismo e para renovar o arsenal ideológico deste^[9]. Particularismo cuja superação, segundo o autor, somente ocorreria, se houvesse uma identificação das questões comuns em jogo, a qual seria “a reapropriação de condições sociais de existência alienadas pela submissão às exigências da reprodução do capital...”.

Neste processo, que poderíamos reconhecer como desidentificação com o coletivo social, o indivíduo volta-se para si, na busca de sentidos. Não é demais lembrar que a individualização das ações, favorece a alienação dos trabalhadores em relação a seu próprio mundo e, por conseguinte, de sua própria territorialização.

Neste sentido, Harvey[10] expõe que a dominação do trabalho pelo capital é básica para o modo capitalista de produção, caso contrário, a mais-valia não poderia ser extraída e a acumulação deixaria de existir. De tudo isto, decorrem várias conseqüências e somente partindo de tais considerações é possível compreender as relações entre trabalho e ambiente construído. Para o autor, o fato mais relevante a ser considerado “...*é que o capitalismo industrial, pela reorganização do trabalho e pelo advento do sistema fabril, força a separação entre o local de trabalho e local de reprodução e consumo.*” (grifo nosso)

Se na base de tudo está a dominação/alienação do trabalho pelo capital e somente a partir daí será possível entender as relações entre o trabalho e a problemática habitacional, é por isto que esta relação deve ser investigada. As lutas travadas no espaço urbano (não só nele) devem ser vistas por dentro desta relação e não como lutas independentes. Esta “leitura” deve ser ainda um instrumento para o desvendar do mecanismo, que através da dicotomização oculta a verdadeira fonte de tensão fetichizadora que ameniza as contradições sociais e transporta para a esfera do mercado toda a solução e compreensão da questão.

Parte daí, a tentativa de direcionamento da discussão para delinear os projetos político-ideológicos das Associações de Moradores e do Movimento Sindical de Presidente Prudente com vistas à luta pela moradia. Uma vez que, podemos inferir sobre a existência de um descompasso nas reivindicações destas frentes de luta, angariando o imediatismo, a cooptação e até mesmo o refluxo (a exemplo do Movimento de Luta pela Moradia de Presidente Prudente) da própria organização coletiva destes *sujeitos*, que então, o deixam de ser.

Neste sentido, como acrescenta Thomaz Júnior[11] (1992, p.3):

“A marca, ainda muito forte, do corporativismo, do voluntarismo, do imediatismo, e do caráter atomizado das suas organizações, atuando de forma independente e desarticulada, como micro-poderes, são fortes entraves que inviabilizam a articulação orgânica das diferentes frentes de luta do campo e da cidade...Como também, a política de atrelamento e clientelismo do Estado, desloca a atuação das entidades na contramão da história, ou seja, fora da rota de colisão com as contradições sociais.”

Desta maneira, o problema habitacional, precisa então ser entendido de maneira mais ampla: no contexto das contradições de classe e para além do espaço-mercado como lugar de leitura da história[12]. Thomaz Júnior ainda expõe que:

“...as contradições urbanas não podem ser pontuadas, exclusivamente na relação consumo/distribuição, unilateralmente articuladas para as questões referentes a reprodução da força de trabalho, mas situadas dentro do próprio ciclo de reprodução do capital.”[13]

Delinear os projetos políticos-ideológicos das Associações de Moradores e do Movimento Sindical de Presidente Prudente com vistas à luta pela moradia, significa ampliar a discussão sobre a questão da moradia no sentido da sua articulação com outras lutas. Quanto a esta necessidade, Marchioni explica com clareza que:

“O grande desafio é como articular essa questão, com uma visão global da sociedade (...) É necessário fazer as pessoas perceberem que através da luta concreta da moradia, começam as relações de exploração em nível econômico, social e político. É preciso romper com a idéia de que a luta por uma casa é só por quatro paredes. Uma casa deve ter o significado maior, que é a concretização de todos os direitos sociais, como saúde, educação trabalho, etc. A idéia é de que quando as pessoas entrarem nas suas casas conquistadas, continuem o processo de organização nos níveis local, regional entendendo o que acontece na sociedade em geral.” [14]

A lógica fragmentadora da práxis social imperante, caminho para a compreensão dos entraves à unificação orgânica das lutas, é explorada por Alain Bihir ao discutir o individualismo personalizado que tomou conta dos ideais do modelo social-democrata do movimento operário e que, contribuem para o entendimento da dessintonia reinante nas lutas sociais. Nas palavras do autor:

*“Enfim, de modo evidente, mais do que suas formas de organização e seus modos de ação, os ideais do modelo social-democrata do movimento operário submeteram-se diretamente aos efeitos destruidores da escalada do individualismo personalizado...Pois esta não provoca somente a descrença em relação a qualquer forma de ideologia totalizante, entendida como totalitária e contraditória dos desejos e da realização individuais. Ela implica, de forma ainda mais radical, a descrença em relação à possibilidade de uma ação coletiva guiada por um sistema de pensamento como tal, portanto uma **descrença em relação à própria idéia de revolução social**, que ela envia ao museu de antiguidades históricas. Ela favorece, assim, a recusa de se engajar em qualquer empreendimento coletivo que ultrapasse o microcosmo das relações de convivência e associativas.”* [15] (Grifo do autor)

Todavia, o autor acrescenta que apesar desta *crise crônica de sentido* constituir um fator específico de desestabilização, ela pode também representar uma chance, uma oportunidade da qual se poderia tirar proveito, se renovar profundamente as formas de organização e de ação, assim como os modos de consecução dos desejos individuais. Neste sentido, Bihir conclui advertindo:

*“Mas, para tirar partido das potencialidades críticas e emancipatórias guardadas pela situação atual, é preciso respeitar também as aspirações que as subentendem e as inspiram, particularmente aquelas ligadas à **autonomia individual e coletiva**. O que implica, de maneira geral, conceber a ação e a organização coletivas com base na ‘livre associação de indivíduos livres’, portanto na **solidariedade**. E não mais com base no modelo de sua comunhão em um ideal comum transcendente, implicando sua subordinação autoritária às organizações que são suas depositárias oficiais.. Tantas exigências que implicam mais uma vez romper com as formas de ação e de organização herdadas da tradição social-democrata do movimento operário.”* [16] (grifo do autor)

Tais referenciais devem então ser considerados no entendimento do descompasso existente entre as reivindicações das diferentes frentes de lutas. Isto é, a relevância desta investigação está na tentativa de contribuir para a compreensão da combinação/articulação real, existente na questão da moradia e no “mundo do trabalho”, que o modelo social-democrata empenha-se em fragmentar e desarticular tanto em seus modos de ação como em seus ideais, conforme o discutido acima por Bihr.

No ordenamento territorial de Presidente Prudente, morador e trabalhador não podem ser tratados desarticuladamente, como a própria “leitura” e ação política destes atores sociais fazem de si próprios. Aliás traço marcante da compreensão alienada que o trabalho tem de si, sob a dominação do capital[17].

4. Os Movimentos Sociais e a Geografia - alguns apontamentos[18]

Para a Geografia fica o desafio de colocar-se diante destas dinâmicas sociais e, a fim de desvendar a lógica subjacente dos reordenamentos territoriais, buscar interlocução com outras disciplinas.

Sabemos, que até o presente, as análises sobre os Movimentos Sociais são realizadas numa perspectiva predominantemente sociológica, antropológica e política. Neste sentido, vale perguntarmo-nos sobre qual seria a contribuição dos geógrafos nesses estudos.

Um aspecto que pode ser considerado é que nem todos os movimentos sociais têm a dimensão espacial como sentido, razão, como sua dimensão constitutiva. Para alguns movimentos é a experiência no plano territorial que leva à organização da população. E é então nesta perspectiva que precisam ser analisados. No entanto, a análise predominante é a que tem uma visão althusseriana do espaço, onde este é somente palco e não um elemento constitutivo dos movimentos sociais. (Sposito, 2000[19])

Um debate já consolidado que contribui sobremaneira nesta discussão, é a polarização das posturas de Castells e Lefèbvre (in: Gottdiener, 1993) na abordagem do espaço. Para o primeiro, a teoria do espaço é tratada como uma especificidade da teoria da estrutura social (baseado no estruturalismo de Althusser). Nesta postura compreende-se o espaço como reflexo. Enquanto que o segundo autor reconhece a natureza multifacetada do espaço, considerando-o mais que apenas localização e expressão das relações sociais.

Assim, de um lado Castells investiga o que existe no modo de ação política dentro da cidade e tenta explicá-lo, isolando os elementos da política urbana e considerando que os movimentos sociais urbanos são um deslocamento da luta de classes para a vida comunal. E de outro, Lefèbvre considera o que *pode* ocorrer na forma de ação política radical e investe na introdução de dois modos de raciocínio na atividade mental marxista – o utópico e o estratégico. Para ele, grupos, classes e frações de classe só podem ser constituídos e reconhecidos como sujeitos por meio da geração (que significa produção) de um espaço. Ou seja, segundo Gottdiener, Lefèbvre credita que mais que uma revolução classista, é ainda necessário produzir um espaço dentro do qual se possa realizar uma revolução da vida cotidiana.

Neste sentido, ao discutir a *sociedade urbana*, abre-nos para as possibilidades, para o devir, encaminha-nos para pensar o hoje (em movimento). O que ainda avaliamos como fundamental, é que a teoria do espaço de Lefèbvre de uma maneira geral, propõe um projeto, uma estratégia de libertação na medida em que em concomitância com a ação radical se produza um espaço.

Martin (1997), fala da “geograficidade dos movimentos socioespaciais”, apontando que “*em tempos de intensa globalização há, paradoxalmente, a reivindicação do local, notadamente através do desenvolvimento dos movimentos socioespaciais.*” (p.41)

A idéia é de que é justamente sua territorialidade local (freqüentemente negligenciada até mesmo pelos geógrafos) onde as estratégias de dominação são mais *nítidas*. Daí a necessidade de se refletir sobre os

movimentos socioespaciais, isto é, “todos os movimentos sociais que têm, de qualquer maneira, o espaço como trunfo.” (p.26)

E nosso desafio com a ponte teórica que propomos estabelecer é, conforme Moreira, 1985 *apud* Carvalho, 1997 é:

“...recolocar em debate a função do espaço geográfico como disciplinador da força de trabalho (MOREIRA: 1985), quer seja através da fragmentação territorial dos órgãos de representação, quer seja veiculando a ideologia identitária do sujeito coletivo apenas em sua corporação, e fragmentando o ser social em moradores, consumidores, religiosos, enfim estanquizando, assim como a permanência de paradigmas positivistas na classificação das ciências, a existência, recolocando-as como dilemas insuperáveis da condição humana, como a clássica dicotomia rural x urbano na Geografia.”

5. Considerações “Iniciais”

De acordo com o discutido acima, a apreensão do processo de luta pela moradia referente à ocupação das áreas públicas ocupadas e a confrontação entre o poder público municipal e o Movimento de Luta pela Moradia de Presidente Prudente, não somente quanto a sua territorialidade resultante, mas também quanto ao desvendar da dinâmica deste conflito, nos remete à reflexão sobre as conseqüências que o descompasso existente entre as reivindicações das demais frentes de luta acarretam, por exemplo, moradia, salário, melhores condições de vida, etc. Dentro desta perspectiva é que apresentamos as reflexões que embasam nosso projeto de pesquisa e que ora compartilhamos o seu esboço. Desta maneira, o que lançamos apenas enquanto objetivo a ser alcançado é, detectar no “mundo do trabalho”, o conteúdo das propostas referentes à moradia. Isto é, estreitar as discussões na tentativa de estabelecer interlocução com os sindicatos, o que nos municiará para a apreensão da (des)vinculação entre as Associações de Moradores e o Movimento Sindical de Presidente Prudente no que condiz à luta pela moradia.

Objetiva-se, então, adentrar nos projetos políticos-ideológicos, de um lado, das Associações de Moradores (entidade vigente de organização exclusiva dos moradores e pouco ou praticamente ainda não estudada) e de outro lado, do Movimento Sindical, numa desafiante tentativa de estabelecimento de uma ponte teórico-conceitual que direcione para a apreensão do descompasso estrutural entre as reivindicações destes, enquanto parte do processo (hegemônico) fetichizador que ameniza as contradições sociais e fragmenta a “leitura” e atuação política dos atores sociais. Buscar-se-á ainda, apreender o grau participativo, de envolvimento ideológico e deliberativo destes com suas entidades, assim como, identificar e discutir as diversas nuances existentes no plano de ação e das lutas sindicais.

5. Bibliografia

ANTUNES, Ricardo. *Classe operária, sindicatos e partido no Brasil: um estudo sobre a consciência de classe, da revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora*. São Paulo: Cortez e Editora Ensaio, 3ª edição – 1990

_____. Lutas sociais e desenho societal socialista no Brasil dos anos 90. In: *Crítica marxista*. p. 89-110. S\d

BIHR, Alain. A crise da sociabilidade. In: _____. *Da grande noite à alternativa – o movimento europeu em crise*. São Paulo: Boitempo, 1998. p.143-162.

- CARVALHAL, Marcelo Dornelis, *A comunicação sindical em Presidente Prudente/SP. Elementos para uma "leitura" geográfica*. Presidente Prudente, 1999. Relatório de Qualificação - Faculdade de Ciências e Tecnologia/UNESP.
- EVERS, Tilman. Reprodução da força de trabalho e movimentos populares: o caso dos loteamentos clandestinos em São Paulo. In: KOWARICK, Lúcio. (Org.). *Terra de habitação versus terra de espoliação*. São Paulo: Cortez, 1984. 88p.
- GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais e luta pela moradia*. São Paulo: Loyola, 1991. 191p.
- _____. *Teorias dos movimentos sociais – paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997. 383p.
- GORZ, André. *Adeus ao proletariado*. Rio de Janeiro: Forense, 1982
- GOTTDIENER, Mark. Paradigmas flutuantes – o debate sobre a teoria do espaço. In: *A produção social do espaço urbano*. São Paulo: EDUSP, 1993. p.115-158.
- HARVEY, David. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. *Espaço e Debates*, São Paulo, 1982, n.6, p. 6 - 35 .
- IKUTA, Fernanda Keiko. *(Re)Territorialização da População Envolvida nas Áreas Públicas Ocupadas em Presidente Prudente (SP) e a Participação do Movimento Popular de Luta pela Moradia e do Estado (municipal): Dinâmica do Conflito e Configuração Atual*. Presidente Prudente: Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP, 2000. (Relatório Parcial de Pesquisa/FAPESP).
- MARACCI, Marilda T. *O movimento por moradia e políticas de Estado no contexto da produção do espaço-território urbano em Presidente Prudente (São Paulo)*. Presidente Prudente, 1999. 122 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista.
- MARTIN, Jean-Yves. A geograficidade dos movimentos socioespaciais. In: *Caderno Prudentino de Geografia*. n.19/20, 1997. p.26-41.
- MÉSZÁROS, István. *A necessidade do controle social* São Paulo: Ensaio, 1987
- _____. A ordem do capital no metabolismo social da reprodução, In: *Ad Hominem*, São Paulo: Edições Ad Hominem, 1999, nº 1
- MOREIRA, Rui. *O movimento operário e a questão cidade-campo no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- PALUMBO, A. P., PEREIRA, M. A., BALTRUSIS, N. (org). *Direito à moradia: uma contribuição para o debate*. São Paulo: União dos Movimentos de Moradia de São Paulo: Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional: Paulinas, 1992. (Coleção Caminhos). 157 p.
- SPOSITO, Eliseu Savério. *Produção e apropriação da renda fundiária urbana em Presidente Prudente*. São Paulo, 1990. 231p. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo.
- SPOSITO, Eliseu Savério, SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão, GARMS, Armando. *O crescimento urbano e a questão popular pela moradia de Presidente Prudente – SP*. Presidente Prudente: Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP, S.n.t. (Mimeogr.).
- SPOSITO, M. E. B. *O chão em Presidente Prudente: a lógica da expansão territorial urbana*. Rio Claro, 1983. 230p. Dissertação (Mestrado em Geografia). IBGE/Universidade Estadual Paulista.
- THOMAZ JR. Antonio. *Movimentos sociais populares: entraves à unificação orgânica (uma contribuição ao debate)*. Presidente Prudente: Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP, 1992. 5p. (Mimeogr.).
- _____. Um momento: com a palavra o “mundo paralelo”! *Boletim Gaúcho de Geografia*, Porto Alegre: AGB, n.19, p.24-31, 1992.
- _____. “Leitura” geográfica e gestão política na sociedade de classes. *Boletim Gaúcho de Geografia*, n. 24. Edição especial do XVII Encontro Estadual de Professores de Geografia, Ijuí, 1997. Porto Alegre: AGB, 1998.

[1] Texto elaborado a partir do projeto de pesquisa de mesmo título, em nível de Mestrado, sob orientação do Professor Dr. Antonio Thomaz Júnior. Desta maneira, ele não trará resultados e ou conclusões a respeito da temática, mas sim, algumas reflexões introdutórias que respaldam/instigam nossa proposta de investigação.

[2] Aluna do Curso de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP/Presidente Prudente em nível de mestrado. Bolsista FAPESP. Membro do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho – CEGeT. E-mail: ferikuta@hotmail.com

[3] Cf. Antunes, “Lutas sociais e desenho societal socialista no Brasil dos anos 90” In: *Crítica marxista*.

[4] A respeito da apropriação capitalista da práxis social, ver Bihr, 1998.

[5] Bihr, Op. Cit.

[6] Informações apresentadas no Relatório Parcial de Pesquisa de Iniciação Científica (bacharelado) da FAPESP. In: Ikuta, 2000. (Mimeo.)

[7] Informações contidas no Programa Habitacional para a população que reside em áreas públicas municipais. In: Maracci, 1999.

[8] Dados (amostra) levantados em pesquisa de campo nas áreas de estudo. Vide Ikuta, Op. Cit., p.13, 20-35.

[9] Ibid., p.155-6.

[10] Harvey, 1982, p.7.

[11] Thomaz Jr., 1992, p.3.

[12] Moreira, 1985, p.28.

[13] Thomaz Jr. 1992.

[14] Entrevista com Luís A. Marchioni (Padre Ticão - membro da coordenação da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo e integrante da pastoral da Moradia) realizada por Nelson Baltrusis e Márcia Accorsi Pereira (técnicos do FASE-SP). In: **Palumbo, Pereira & Baltrusis**, 1992.

[15] Bihr, op cit, p.179-180.

[16] Bihr, op. Cit., p.181.

[17] Mézaros contribui sobremaneira acerca desse particular. Ver: Mézaros, 1987, 1999.

[18] Reflexões extraídas de parte do trabalho da disciplina *Urbanização e produção da cidade* realizada no 1º semestre de 2000, intitulado *Movimento Sociais Urbanos – teorias e paradigmas*.

[\[19\]](#) Discussão apresentada pela prof. Maria E. B. Sposito, em aula da disciplina “Urbanização e produção da cidade”.